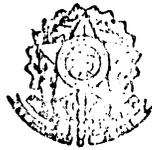


XIV - Concurso

2ª Prova - 26.07.92.



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª. REGIÃO

XIV CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO

PROVA DE DIREITO DO TRABALHO, DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO, DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DIREITO CIVIL - PARTE GERAL E OBRIGAÇÕES.

I N S T R U Ç Õ E S

- I - Verifique se este caderno de prova contém 20 questões.
- II - Não há necessidade de transcrever a pergunta na folha de respostas.
- III - Numere as respostas, de acordo com o caderno de questões.
- IV - Use somente caneta esferográfica azul.
- V - Não rubrique, nem assine a prova.

DURAÇÃO DA PROVA: 04 horas

B O A S O R T E !

COMISSÃO DE CONCURSO

MM. Juiz Dr. NICOLAU DOS SANTOS NETO - Presidente
MM. Juiz Dr. GERALDO PASSINI
Dr. CÁSSIO MESQUITA BARROS JUNIOR - Membro da O.A.B.
MM. Juiz Dr. DELVIO BUFFULIN - Suplente de Juiz
Dr. OSCAR ALVES DE AZEVEDO - Suplente da O.A.B.

COMISSÃO EXAMINADORA

MM. Juiz Dr. RUBENS TAVARES AIDAR
MM. Juiz Dr. AMAURY MASCARO NASCIMENTO
Dr. ANTONIO CARLOS VIANNA DE BARROS - Membro da O.A.B.
MM. Juiz Dr. JAMIL ZANTUT - Suplente de Juiz
Dr. VALTER UZZO - Suplente da O.A.B.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO

26/07/92

- 01 - O reclamante pede incorporação, no contrato individual de trabalho, de cláusulas, previstas em convenção coletiva de trabalho, não renovadas na norma coletiva seguinte e que, por esse motivo, a empresa deixou de aplicar. Examine os aspectos fundamentais da questão.
- 02 - Suplente de membro da CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, convocado para substituir o titular, pede, através de medida cautelar inominada, reintegração no emprego do qual foi despedido sem inquérito judicial e sem justa causa. Mostre as principais questões jurídicas que a situação comporta.
- 03 - Férias indenizadas, abono pecuniário e acréscimo de 1/3: fundamentos jurídicos para a solução do problema constitucional da integração destes aqueles pagamentos.
- 04 - O carro cedido, habitualmente, ao empregado para o trabalho, constituiria salário-utilidade?
- 05 - Tem validade o acordo tácito para compensação do excesso de horas trabalhadas em um dia pela correspondente diminuição em outro dia, mantido o horário normal da semana e o limite máximo de 10 horas diárias?
- 06 - Quais os efeitos jurídicos do pedido de demissão não homologado pela autoridade competente, mas confessado pelo reclamante no processo trabalhista?
- 07 - As condições estabelecidas na Convenção Coletiva poderão prevalecer sobre as estipuladas em Acordo Coletivo ajustado entre o Sindicato profissional e a própria empresa?
- 08 - A legitimidade para propor ação de cumprimento de sentença normativa proferida em dissídio coletivo movido por entidade sindical é exclusiva do sindicato ou é, também, das federações e confederações sindicais?
- 09 - A empresa ingressa, na Justiça do Trabalho, com ação de consignação em pagamento, para depositar, em juízo, salários e 13º salário correspondentes ao período de 12 meses de estabilidade pré-aposentadoria, restante até o termo final do prazo para a concessão de aposentadoria do empregado. Indique as questões mais relevantes que o caso comporta.
- 10 - A Junta de Conciliação e Julgamento declara-se incompetente, em razão do local, para apreciar a lide e ordena a remessa dos autos para processamento em outra localidade. Inconformada e antes da remessa, a parte interessada ingressa com recurso ordinário para o Tribunal Regional do Trabalho. Explique as questões jurídicas que o caso comporta.
- 11 - É admissível iniciar-se execução contra empresa que não figurou na ação de conhecimento, mas integrante do mesmo grupo econômico da empresa reclamada?
- 12 - É possível ser o Sindicato substituto processual dos empregados de uma determinada empresa para pleitear o pagamento do 13º salário não pago pela mesma?
- 13 - Empregado propõe reclamação trabalhista pleiteando o pagamento de adicional de insalubridade. Revelia da empresa. Dispensabilidade ou não da produção de prova técnica.
- 14 - O art. 830, da C.L.T., dispõe que o documento oferecido como prova só será aceito se estiver no original ou em certidão autêntica. Cópia não autenticada de sentença de dissídio coletivo pode ser admitida como prova válida?
- 15 - O pacta sunt servanda tem limitações no contrato individual de trabalho. Aponte as principais.
- 16 - Aplicações da cláusula **rebus sic stantibus** nas relações de trabalho.

- 17 - Fixada em convenção coletiva a multa diária de 5% do salário do empregado, no caso de descumprimento de qualquer de suas cláusulas, poderá o valor total da multa ultrapassar o valor do débito principal do qual ela se originou?
- 18 - Publicada a sentença, o reclamante opôs os primeiros embargos declaratórios no último dia do prazo para a interposição dessa medida. Publicada a decisão, o reclamante entrou com novos embargos declaratórios no dia da publicação da decisão. Após 4 dias do conhecimento da segunda decisão pretende ingressar com recurso ordinário. O recurso ordinário é tempestivo?
- 19 - Aponte, diante da lei processual civil e trabalhista, a divergência que pode surgir quanto à suspensão do processo em decorrência das exceções de incompetência e de suspeição.
- 20 - Quem, na audiência, figurou como preposto da empresa reclamada, sem ter prestado depoimento pessoal, pode ser arrolado e ouvido como testemunha da mesma parte no prosseguimento da audiência?